

**Circular Informativa nº 6/2014***23 de Janeiro de 2014*

**Assunto: Esclarecimentos sobre a comunicação anual de dados à APA pelos Operadores de Equipamentos Fixos de Refrigeração, Ar Condicionado e Bombas de Calor (Decreto-Lei n.º 56/2011, de 21 de Abril)**

Caros Associados,

A propósito da comunicação anual de dados que os operadores de equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor têm de comunicar à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) até 31-03-2014, no âmbito dos Decreto-Lei n.º 56/2011, Regulamento (CE) n.º 842/2006 e Regulamento (CE) n.º 303/2008, têm chegado à APIRAC algumas dúvidas quanto à interpretação do agente “Operador”. A esse respeito cumpre informar o seguinte:

1. O Regulamento (CE) n.º 842/2006 define como “Operador” a pessoa singular ou colectiva que exerce um poder real sobre o funcionamento técnico dos equipamentos e sistemas abrangidos, podendo qualquer Estado-Membro, em situações definidas e específicas, designar o proprietário como responsável pelas obrigações do “Operador”.
2. Em conformidade, a APA, entidade responsável em Portugal pelo cumprimento da legislação em apreço, estabeleceu o “Operador” como o detentor dos equipamentos ou sistemas aos quais se respeita a utilização dos gases fluorados com efeito de estufa.
3. Existe uma incongruência entre o número 3. do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 56/2011 e a definição de “Operador” constante no Regulamento n.º 842/2006, já que o diploma nacional considera o “Operador” a entidade que executa e não aquela que tem responsabilidades reais sobre o funcionamento técnico dos equipamentos.

4. A APA mantém, no entanto, o entendimento expresso no Regulamento (CE) n.º 842/2006, pelo que qualquer dúvida que subsista quanto a quem compete a responsabilidade de comunicações de dados deve ser colocada directamente aquele organismo tutelar.
5. Mantêm-se validas todas as informações constantes da nossa Circular n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, que damos como reproduzidas e que poderá ser consultada em [www.apirac.pt](http://www.apirac.pt) ou solicitada directamente à APIRAC.

Em face do anteriormente exposto, traz-se ao conhecimento dos Associados informação e funcionalidades divulgadas pela APA, de modo a processar-se a comunicação anual de dados.

*“No âmbito das obrigações decorrentes da aplicação do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 56/2011, os Operadores dos equipamentos abrangidos pelo referido artigo deverão comunicar à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), até ao dia 31 de Março de 2014, os seguintes dados relativos ao ano civil de 2013:*

- *Quantidade de cada gás fluorado com efeito de estufa existente no dia 1 de Janeiro do ano civil em questão;*
- *Quantidade de cada gás fluorado com efeito de estufa que o operador tenha instalado no decorrer do ano civil;*
- *Quantidade de cada gás fluorado com efeito de estufa que tenha recuperado para efeito de recarga;*
- *Quantidade de cada gás fluorado com efeito de estufa que tenha recuperado para efeito de reciclagem;*
- *Quantidade de cada gás fluorado com efeito de estufa que tenha recuperado para efeito de valorização/regeneração;*
- *Quantidade de cada gás fluorado com efeito de estufa que tenha recuperado para efeito de destruição.*

*Para tal deverá ser utilizado o [Formulário online para a Comunicação de Dados](#), cujo [manual de preenchimento se disponibiliza](#). Este será o primeiro ano em que a comunicação será efetuada através do referido formulário online.”*



Como notas finais, cumpre ainda esclarecer o seguinte:

- Relativamente à informação da quantidade de fluido existente em 01-01-2013, pretende-se a comunicação do valor das cargas inscritas nos rótulos dos equipamentos.
- A menção à quantidade instalada deverá ser entendida como a quantidade de fluido adicionada ao equipamento, independentemente de ter havido ou não pré-carga ou recuperação de fluido.
- Embora o artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 842/2006 estabeleça que a operação de recuperação se destina a garantir a reciclagem do fluido, sua regeneração ou destruição, e não apenas a recuperação para efeitos de carga no mesmo, a APA entende que o registo de recarga no mesmo ou outro equipamento deve ser alvo de comunicação.

Não obstante a responsabilidade da APA quanto à correcta interpretação da legislação em vigor, o Departamento Técnico está como habitualmente ao dispor dos Associados.

Com os melhores cumprimentos,

A Direcção da APIRAC